

Choque Fiscal

A sociedade brasileira gravita hoje em torno de uma única questão: quando, e em que circunstâncias, serão tomadas medidas capazes de evitar que a economia galope para a hiperinflação. Acostumados a conviver durante duas décadas com regimes autoritários, brasileiros e brasileiros voltam o foco de suas atenções exclusivamente para o Poder Executivo, esquecidos de que há um Congresso em funcionamento, uma Constituição que acabou com o decreto-lei e partidos políticos teoricamente responsáveis.

Choque, portanto, na forma tradicional dos tempos autoritários, é coisa morta. Para que a Nação saia do impasse, é preciso muito mais do que a ação unilateral da tecnoburocracia e um nível de consenso político que impõe, literalmente impõe, uma nova postura social. Chame-se a isso pacto ou qualquer outro nome, não sairemos da crise insistindo em manter velhos modelos de comportamento. Tampouco sairemos da crise sem uma compreensão clara dos fatores que empurraram o país para uma inflação que ameaça rómpre a casa dos 30% ao mês, e sem incinerar vários dos preconceitos, ou idéias preconcebidas, que fizeram parte do arsenal demagógico e populista de vastos segmentos dos partidos de centro-esquerda.

Uma análise do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas adequadamente chama a atenção para vários aspectos negligenciados ou esquecidos na inflação brasileira, porque seu tratamento cobra preços políticos que os partidos e lideranças populistas não estão dispostos a pagar.

A inflação, diz o Ibre, é essencialmente um problema monetário, uma expressão da disputa pela distribuição do Produto, em que um dos participantes — o Governo —, agindo em benefício próprio ou de determinados grupos sociais, emite dinheiro para cobrir uma procura global de bens e serviços maior do que a oferta. Em economias primitivas, onde não existe moeda, a inflação inexiste ou é residual. Da mesma forma, em hiperinflações a moeda desaparece, perde o valor totalmente e logo, como num passe de mágica, some a própria testemunha da inflação, que é a moeda.

As várias correntes que disputam a interpretação da inflação brasileira estão contribuindo para agravar ainda mais o problema por excesso de ênfase em alguns dos seus aspectos. Querer, por exemplo, acabar com a correção monetária sem atacar as *causas reais* da inflação de nada adiantará. A correção voltará no dia seguinte, como voltou depois do Cruzado, em todo o seu esplendor.

Da mesma forma, uma ênfase excessiva nos aspectos "financeiros" da inflação omite suas causas. Por outras palavras, o problema não está apenas no fato de que o Governo se endividou demais e não aguenta, ou diz que não aguenta, pagar os juros pelos títulos públicos em circulação. O Ibre observa que, segundo a proposta orçamentária do Governo enviada ao Congresso Nacional, os gastos com juros e outros encargos financeiros estão orçados em Cr\$ 1,3 trilhão, a preços de junho de 1988, o que representa 21% dos gastos do Governo e 2,2% do Produto Interno Bruto. Os mesmos dados comparados para os Estados Unidos mostram que os juros da dívida pública no ano fiscal de 1988 representavam 19% dos gastos e 4,6% do PIB americano.

Não se pode comparar linearmente as duas economias, até porque os Estados Unidos absorvem anualmente uma centena de bilhão de dólares em investimentos e financiamentos externos, enquanto o Brasil expulsou a poupança estrangeira. Mas pode-se comparar o grau de histeria e frenesi que tomou conta do mercado financeiro brasileiro com a tranquilidade e a maturidade com que os americanos vão administrando a maior dívida do mundo, além das proporções em relação ao PIB.

Concentrar o fogo da crise no caráter meramente financeiro dos problemas do Governo é um

erro. O que é certo é afirmar que não se pode sair dessa crise sem tratar dos seus aspectos orçamentários, que envolvem as despesas da União, dos Estados, dos municípios e das empresas estatais. É mais do que evidente que a sociedade brasileira não está disposta a continuar emprestando dinheiro para um governo que faliu e para um sistema político-partidário que se recusa a assumir sua parte de responsabilidade na saída da crise. Não é a dívida pública que entrou em colapso; é a credibilidade para continuar endividando o Estado sem que outras medidas sejam tomadas para reduzir gastos e mudar estruturalmente o perfil da administração pública brasileira.

Como adequadamente notou a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, o que está em jogo é a poupança nacional. Quem está financiando o Governo, os gastos públicos são os brasileiros em geral, é a poupança nacional. Vamos devagar com esse andor. Até agora o Brasil manteve-se por cima de todas as crises porque não teve fuga de poupança maciça, como em países vizinhos e outros em redor do mundo, cujas hiperinflações ou inflações mascaradas determinaram a fuga do capital, empobrecendo a economia e reduzindo a taxa de investimentos.

Os fatos ocorridos nos últimos dias foram muito graves para que o mercado financeiro fique ao sabor de decisões fechadas na Gerência da Dívida Pública do Banco Central. Só há uma forma de evitar suspeitas, que é a abertura das informações dos grandes agregados econômicos em poder do Banco Central para as instituições financeiras *dealers*, através de seus órgãos representativos, tal como se faz nas economias mais avançadas, democratizando a informação antes que ela seja apropriada para dar lucros a uns poucos.

A ênfase excessiva que se tem colocado no aspecto financeiro omite também o fato de que o Brasil vive num regime de alta influência das empresas estatais e de seus preços. Como essas empresas vivem em regimes monopolistas, podem se negar a reduzir custos, ou simplesmente exigir subsídios, passando as faturas para o Tesouro Nacional.

Neste momento em que se fala em novo Choque Fiscal, não há como aceitar o repasse das contas a pagar da hiperinflação para um setor privado que vem se ajustando, aumentando a produtividade, reduzindo gastos ou adotando estratégias desesperadas para não naufragar. É inaceitável um aumento de impostos. Se uma cidade como Brasília fica semiparalisada e ninguém sente falta dela, aí está uma prova de que há excesso de gente, excesso de gordura e excesso de ineficiência. É inaceitável emprestar mais dinheiro para cobrir essa gordura social, da mesma forma que é inaceitável que ministros de Estado coloquem seus quarteirões e colares de empresas públicas acima do esforço de redução de gastos em que todos devem se empenhar.

Não há como sair da inflação brasileira sem acabar com preconceitos contra a poupança interna e externa, ou sem olhar para outros desvios como os que adequadamente menciona o Ibre: por trás das dimensões financeiras do déficit público brasileiro existe uma dimensão real, expressa pela necessidade de uso racional dos recursos postos efetivamente à disposição do Governo, bem como pela crescente escassez de tais recursos, fruto da estrutura tributária atual que, ao multiplicar as isenções, especialmente na pessoa jurídica, e aplicar elevadas alíquotas nos impostos sobre renda e sobre bens e serviços, estimula o crescimento da economia informal, com prejuízo para a arrecadação tributária.

É preciso independência para as empresas estatais viáveis, tirando-as do garroteamento político, e um amplo programa de privatização, com a democratização do capital, que permita a outros setores hoje públicos caminharem na direção da eficiência.